



Recebido em: 15/01/2016

Aceito em: 20/02/2016

## **A "CONDENAÇÃO" DO ARIANISMO (SÉCULO IV D.C.)** **The "CONDEMNATION" of Arianism (Century IV D.C.)**

Orientador: Carlos de Faria Júnior<sup>1</sup>  
<http://lattes.cnpq.br/8753511113350049>

Flávio Henrique Santos de Souza<sup>2</sup>  
<http://lattes.cnpq.br/8744453260636886>

### **Resumo:**

Este artigo versa sobre a "condenação" da doutrina ariana que gerou grande ebulição teológica entre os cristãos na Antiguidade e fez com que os clérigos fizessem prevalecer um pensamento "ortodoxo" em detrimento de pensamentos tidos como heterodoxos. Em 325 d.C., ocorreu o Concílio de Niceia onde os ensinamentos do presbítero Ário foram "condenados" oficialmente pelos bispos e cancelados por Constantino. Mas, por que o arianismo engendrou tanto estorvo doutrinário? É o que tentaremos reponder ao longo desse artigo.

**Palavras-chave:** Arianismo, Heresia, Concílio de Niceia, Ortodoxia, Constantino.

### **Abstract:**

This versa article about the "condemnation" of the Aryan doctrine that generated great theological boiling among Christians in antiquity and made the clerics did prevail a thought "orthodox" to the detriment of thoughts seen as heterodox. In 325 AD, was the Council of Nicaea where the teachings of Arius presbyter were "condemned" officially by the bishops and stamped by Constantine. But why

---

<sup>1</sup> Graduado em História pela Universidade do Estado do Rio de Janeiro (UERJ), mestre em História Social pela Universidade Federal do Rio de Janeiro (UFRJ) e doutor em História Econômica pela Universidade de São Paulo (USP).

<sup>2</sup> Licenciado em História pela Universidade Castelo Branco (UCB). Pós-graduado em História Antiga e Medieval pelo Núcleo de Estudos da Antiguidade da Universidade do Estado do Rio de Janeiro (NEA-UERJ).

Arianism engendered both doctrinal hindrance? It is what we will try reply throughout this article.

**Keywords:** Arianism, Heresy, Council of Nicaea, Orthodoxy, Constantine.

## 1. INTRODUÇÃO

A doutrina ariana é conhecida também como arianismo devido o nome do seu criador ter sido Ário que foi um sacerdote cristão na cidade de Alexandria no século IV. É relevante abordar essa temporalidade e espacialidade em relação ao tema, pois essa doutrina não tem nenhuma paridade com o arianismo contemporâneo que se notabilizou no século XX sendo encabeçado por Adolf Hitler conjuntamente com os nazistas.

O arianismo do século passado diz respeito à superioridade racial, ou seja, foi uma doutrina etnocêntrica onde uma suposta “raça ariana”<sup>3</sup> foi supervalorizada em detrimento das demais raças que precisavam ser extirpadas por serem consideradas inferiores. Assim, isso veio desembocar no episódio histórico conhecido como Holocausto onde aproximadamente seis milhões de judeus foram mortos e também na hecatombe acometida aos poloneses, Testemunhas de Jeová, deficientes físicos, homossexuais, ciganos etc. Todos estes assassinados pelos nazistas.

Inicialmente, é importante salientar essa diferenciação terminológica, pois o termo arianismo aparece em dois tempos e espaços históricos bem distintos cujos propósitos são bem diferentes.

O arianismo que estaremos ressaltando nesse artigo, diz respeito às discussões teológicas cristãs na Antiguidade sobre questões relativas a uma possível igualdade entre Jesus de Nazaré e Deus.

No século IV, houve o apogeu do processo de construção da deidade de Jesus, ou seja, foi onde Jesus deixou de ser um simples camponês da Palestina para se tornar Deus completamente. Essa ideia da deificação de Jesus não se originou no século IV, pois vem desde o século I e está explícita no Evangelho de João (apenas nele e com muitas ambiguidades, os outros três Evangelhos canônicos não chamam Jesus de Deus). Porém, não eram todos os cristãos que comungavam com esse ideário. Após a criação das bases da “ortodoxia” no quarto século, os clérigos que se sagraram vencedores do Concílio de Niceia e, doravante, da elaboração do processo de formação do Novo Testamento, ganharam a maioria dos adeptos para a crença da chamada alta cristologia. Entretanto,

A crença na divindade de Jesus criou um problema óbvio para os primeiros teólogos cristãos que queriam rejeitar a ideia pagã de que havia muitos deuses e permanecer na rígida tradição monoteísta do judaísmo (Ehrman, 2010: 315).

---

<sup>3</sup> “Povos nômades. Conforme a teoria dos genealogistas de Hitler, da raça ariana descendem os povos nórdicos da Europa, particularmente os alemães. Única raça superior da terra, com capacidade de dominar o mundo”. ABRAHAM, Ben. *Holocausto*. São Paulo: WG Comunicações e Produções, 1976: 146.

Um dos “teólogos” de maior proeminência que discorreu sobre esse assunto no mundo antigo foi Ário. O professor Ário tinha um prisma diferenciado em relação à pessoa de Jesus, porque na sua visão, o camponês judeu não tinha igualdade com Deus, isto é, Ário considerava Jesus como divino, porém, não tinha a mesma natureza de Deus-Pai. Posteriormente, o arianismo foi arbitrariamente nomeado de heresia pelos clérigos que se achavam “ortodoxos”, essa rotulação dos eclesiásticos se tornou um juízo de valor, porque “a palavra heresia é de origem grega *háiresis* e significa escolha, partido tomado, “corrente de pensamento (...)” (Frangiotti, 1995: 6).

No âmbito dos cristianismos primitivos, a heresia se tornou “(...) a negação ou pregação de um evangelho diferente daquele pregado pelas autoridades apostólicas” (Frangiotti, 1995, p. 6). Logo, os hereges se tornaram transgressores e desobedientes que não andavam no “viés correto” das tradições e pregações apostólicas, e aquele que tentasse pensar diferente de tais autoridades seria anatematizado<sup>4</sup>, perseguido e punido.

Dessa forma, analisaremos o estigmatizado “desvio” doutrinário de Ário que se desvinculou do ensino tradicional que a maior parte da comunidade cristã seguia, e, por isso foi condenado e transformado em heresia.

## 2. A QUERELA CRISTOLÓGICA

Em 324 d.C., Constantino, o Grande, estabeleceu o domínio e a unidade (reunificação do Ocidente ao Oriente) do Império Romano vencendo Licínio<sup>5</sup>. Com isso, se fortaleceu mais para continuar com o processo de unificação da religião cristã simultaneamente com o Império. Isso porque, Constantino foi o primeiro imperador romano a professar também o Deus cristão imiscuído com suas crenças pagãs<sup>6</sup>. Segundo a tradição historiográfica, sua conversão teria ocorrido em 312 d.C. durante a Batalha da Ponte Mílvia (mas não se sabe ao certo se Constantino

---

<sup>4</sup> Anátema no grego (*anáthema*) significa votado à maldição. Esse termo quando empregado no Novo Testamento pode significar “alguém que não compartilha da mesma doutrina (Gl, 1:8)”. Assim, por não partilhar do mesmo ideário o indivíduo é tido como amaldiçoado. SANTOS, João Batista Ribeiro. *Dicionário Bíblico*. São Paulo: Didática Paulista, 2006: 33.

<sup>5</sup> Foi um co-imperador romano que governava a parte oriental do Império. Seu governo se estendeu de 308 até 324 d.C, quando foi destronado pelo seu cunhado Constantino que era o imperador do Ocidente. VEYNE, Paul. *Quando Nosso Mundo se Tornou Cristão (312-394)*. Rio de Janeiro: Civilização Brasileira, 2011: 7-8.

<sup>6</sup> Não utilizamos o termo pagão com a carga pejorativa que escritores eclesiásticos lhe atribuíram, mas estamos falando de aspectos cúlticos de religiões politeístas que eram voltadas para elementos da natureza. LOYN, Henry R. *Dicionário da Idade Média*. Rio de Janeiro: Jorge Zahar Ed., 1997: 663-664.

teve algum contato com a religião cristã anteriormente, mesmo sabendo-se que seus pais eram cristãos). Destarte, após Constantino vencer Maxêncio<sup>7</sup> e atribuir a vitória ao Deus cristão, logo, as perseguições periódicas que eram perpetradas contra os cristãos foram desfechadas em 313 d.C. com o Édito de Milão (lei que concedia liberdade religiosa em todo o Império Romano e que favorecia, sobretudo, aos cristãos). Apesar do favorecimento aos cristãos, os pagãos não foram perseguidos ou coagidos para que se tornassem conversos ao cristianismo. Mas dentro dessa conjuntura pacificada para o imperador, problemas doutrinários com sacerdotes cristãos começaram a aparecer, e, isso envolveria doravante a figura de Constantino. Segundo o historiador Waldir Freitas Oliveira:

(...) A vida do Império, no que se refere à religião cristã, iria ser tumultuada pelo surgimento da doutrina arianista que provocou a divisão do cristianismo da época, gerando uma vasta polêmica (...) (Freitas, 1990: 41).

Em 318 d.C., uma grande disputa doutrinária eclodiu em Alexandria no Egito. A cidade tinha muito prestígio, pois era um dos grandes patriarcados da Igreja assim como Antioquia, Jerusalém e Roma (em 330 d.C., com a criação da cidade de Constantinopla o quinto patriarcado da Igreja foi inaugurado). Os bispos tinham muita influência ante a população nos assuntos concernentes a pareceres religiosos, e devido a esse *status* eles eram sobremodo ouvidos, porém:

(...) Nesse período, uma forte tendência à secularização do clero, em parte atraído pelos prazeres da vida mundana e pelas regalias que o poder lhe proporcionava. Onde haverem, então, ocorrido as primeiras manifestações de insatisfação no seio da Igreja, com a fundação de mosteiros para onde partiam e se recolhiam os descontentes, a fim de ali praticar um cristianismo mais puro e fiel às suas próprias origens. Foi nesse cenário que surgiu o grande cisma provocado por Ário, presbítero da Igreja de Alexandria (Freitas, 1990: 42).

Nesse contexto, os debates teológicos dos sacerdotes deixaram apenas de serem discussões metafísicas para abarcar diversas aspirações materiais que eram contidas no arcabouço dos discursos dos mesmos:

(...) Às lutas doutrinárias se misturam questões pessoais, políticas, aspectos econômicos, querelas de vocabulário, influências palacianas. Tudo isso contribui para complicar a discussão e lhe dar complexidade (Frangiotti, 1995: 88).

Todo esse embaraço doutrinário se iniciou quando o bispo Alexandre requereu a opinião de seus padres sobre um texto do Antigo Testamento (não tem

---

<sup>7</sup> Foi um imperador romano entre os anos de 306 e 312 d.C. e filho do imperador Maximiano. Maxêncio foi derrotado por Constantino na Batalha da Ponte Mílvia em 312 d.C. GIBBON, Edward. *Declínio e Queda do Império Romano*. São Paulo: Companhia das Letras. Círculo do Livro, 1989: 182-183.

como saber que texto seria esse, pois na carta escrita por Constantino sobre o episódio, o imperador não discrimina a passagem veterotestamentária). O sacerdote Ário começou a esboçar pensamentos discrepantes aos da maioria dos eclesiásticos, logo, ele se inflamou em discursos contra o bispo Alexandre: “os estivadores de Alexandria se envolviam apaixonadamente, parece, com essas controvérsias, que, entretanto não interessavam às multidões Ocidentais” (Le Goff, 2007: 34).

Os comentários tecidos por ambos os sacerdotes eram sobre a divindade de Jesus de Nazaré, pois “durante bem mais de um século, os teólogos continuaram a debater a questão da relação do Pai com o Filho” (Ehrman, 2010: 320). E, sobretudo em Alexandria, onde houve uma imensa produção de doutrinas sobre metafísica, visto que a cidade era um grande centro de reflexão e na localidade se tinha o costume de discussões teológicas.

Ário tinha por seu oponente o bispo Alexandre que não concordava com os seus argumentos teológicos. O discurso de Alexandre enfatizava a igualdade do Pai (Deus) e do Filho (Jesus) e ressaltava que o Filho era o próprio Deus encarnado.

Ário, por sua vez, que era presbítero da mesma cidade o contradizia, não crendo nessa alegação de Alexandre que era o bispo principal do território. Daí nasceu esse grande estorvo doutrinário.

Desde o século II e III, questões ligadas às variedades interpretativas das Escrituras já borbulhavam no âmbito cristão (principalmente sobre a natureza de Jesus de Nazaré). Todavia, se retroagirmos ao século I é possível visualizar que isso também foi muito comum no cerne cristão (como é até hoje no século XXI, vide as diversas denominações cristãs existentes), pois o cristianismo surgiu de dissidências internas do judaísmo. E dentre tantos grupos cristãos existentes nos séculos I, II, III e princípio do IV, nenhum deles tinha a compilação do Novo Testamento. Isto é, o processo de formação do cânone neotestamentário não tinha sido principiado (mesmo já tendo todos os livros escritos que hoje pertencem ao Novo Testamento, não existia nenhum “Novo Testamento” no período). De sorte que, existiam diversos livros (evangelhos, epístolas, apocalipses etc.) que para alguns grupos cristãos era a “Palavra de Deus”, mas para outros grupos essa literatura não tinha “inspiração divina”. E assim, ocorreu uma convivência efervescente com diversos grupos que tinham seus próprios livros e prismas em relação à fé cristã. Entretanto, nada ainda tinha exercido tanta influência no tocante à cristologia quanto o ideário de Ário.

A doutrina de Ário repudiava a chamada consubstancialidade de Jesus com Deus-Pai e o ponto central versava sobre as seguintes características:

Como principio básico de todo el sistema, Arrio ponderaba la unidad absoluta de Dios, eterno, increado e incomunicable. Fuera de El', todo lo demás que existe son meras criaturas suyas. De este principio se deriva la afirmación fundamental de que el Verbo o Cristo no es eterno y há sido creado de la nada, mas no por necesidad, sino por libérrima voluntad suya. La razón se su creación es para que sirviera al Padre celestial de instrumento para crear el mundo. Por consiguiente, el Verbo no es de la misma naturaleza que el Padre; es diverso de la divina esencia; por su propia naturaleza, mudable y susceptible de pecado (Llorca, 1955: 402).

Na perspectiva do bispo Alexandre e alguns pensadores proto-ortodoxos<sup>8</sup>, a doutrina de Ário destruiria toda a lógica salvífica cristã. Porquanto se Jesus fosse apenas uma criatura, não poderia ser Deus e não redimiria o mundo dos seus pecados. Por isso, começou uma grande disputa para liquidar esse ensinamento arianista, mas os adeptos do arianismo cresceram entre os helenistas<sup>9</sup> e a doutrina expandiu-se rapidamente. Os que comungavam com as ideias de Ário entraram em atividade e foram conflitar com o bispo Alexandre que era tido como o “guardador” da doutrina tradicional na região:

A pregação de Ário mudou repentinamente a forma como muitos cristãos concebiam Deus e provocou, em pouco tempo, divisões em cada comunidade cristã, suscitando um ativo engajamento popular em Alexandria, no Egito e em todo Oriente (Funari, 2012: 105).

Alexandre e seus seguidores afirmavam categoricamente a consubstancialidade de Jesus com Deus em seus sermões. Para os proto-ortodoxos, o Filho era igual ao Pai, porque Deus o gerou da mesma substância. Com isso, essas declarações dariam início ao que posteriormente seria a formulação das três pessoas da divindade cristã “ortodoxa”, pois a questão do Pai e do Filho já estava sendo discutida e, doravante, foi acrescentado o Espírito Santo para formar a “tríade divina”. Dessa forma, mais tarde, foi engendrado o dogma da Trindade onde não haveria hierarquias de divindade. Ficando da seguinte maneira: “há três pessoas em Deus. Elas são distintas uma das outras. Mas cada uma é igualmente Deus. Todas as três são seres eternos. E todas são feitas da mesma substância” (Ehrman, 2010: 322).

Enquanto isso, Ário continuava pregando e ensinando sua dedução lógica:

(...) Afirmava em suas pregações que o Cristo, como Criatura do Pai, não lhe poderia ser idêntico, faltando-lhe inclusive o atributo da eternidade, “desde que houve um tempo em que não existia”. Subordinando-o, pois, à figura do Pai. Por outro lado, sustentava ser o Evangelho uma revelação da verdade, mas não a única e definitiva fonte da verdade para os cristãos (Freitas, 1990: 42-43).

<sup>8</sup> Grupo de cristãos dos séculos II e III que, doravante, se intitulou como “ortodoxo”. EHRMAN, Bart. *Quem Jesus foi? Quem Jesus não foi?*. Rio de Janeiro: Ediouro, 2010: 248.

<sup>9</sup> Pessoas que comungavam com aspectos sociais, culturais e políticos da Grécia.

Mesmo Ário se obstinando contra o bispo superior da região (Alexandre), continuava com a série de ensinamentos em comunidades cristãs e assembleias públicas expondo sua doutrina de que Jesus era uma criatura de Deus muito excelsa (Logos), mas não igual a Deus. Dizia também que a criação de Jesus foi para que ele se tornasse apenas intermediário na criação do mundo. Ou seja, segundo a doutrina ariana, Jesus continuava a ser divino e também em certa medida Deus. Todavia, não era igual a Deus-Pai. Pois houve um tempo que Jesus não existia e Deus sempre existiu. Logo, Deus só se tornou Pai quando Jesus passou a existir.

As ideias de Ário começaram a crescer e deflagraram gigantescas agitações nos cristãos orientais (afinal de contas, era uma nova forma de se conceber Deus diferentemente da maioria). Porquanto “Ário conquista enorme audiência no Oriente, acolhido nos meios intelectuais e populares, compondo cânticos que os marinheiros difundiam circulando-os por toda a costa do império” (Frangiotti, 1995: 88).

O bispo Alexandre respondeu a esses posicionamentos escrevendo para vários bispos. Desse modo, Ário e seus seguidores foram denunciados por tentarem evitar a divindade de Jesus.

Em 319 d.C., aconteceu um sínodo<sup>10</sup> que contou com aproximadamente cem bispos que condenaram a doutrina ariana. Logo, Ário foi deposto da comunidade cristã de Alexandria com cerca de outras vinte pessoas que o apoiava. Ário perdeu assim o seu presbiterato, contudo, o mesmo continuou com suas pregações. Pois ele foi “condenado” na sua territorialidade, todavia, pediu apoio a bispos de fora do Egito, principalmente Eusébio de Cesareia e Eusébio de Nicomédia. Assim, doravante, Ário seria reabilitado na Igreja também por causa da ajuda desses dois bispos.

### **3. O CONCÍLIO DE NICEIA: A “CONDENAÇÃO” DO ARIANISMO**

Com toda essa agitação produzida pelo arianismo na parte oriental do Império, Constantino atentou para a controvérsia entre os seus sacerdotes e procurou extinguir esses debates enviando uma carta para Ário e Alexandre, porque com a permanência das contrariedades doutrinárias poderia surgir o

---

<sup>10</sup> No princípio da história eclesiástica os termos sínodo e concílio eram usados de forma comum para denotar assembleia de clérigos. Após o Concílio de Niceia, os termos ganham novos significados, de modo que sínodo se tornou uma assembleia de bispos de uma província ou região, isto é, o clero da diocese. LOYN, Henry R. *Dicionário da Idade Média*. Rio de Janeiro: Jorge Zahar Ed., 1997: 789.



impedimento da unidade do Império em relação às questões políticas, sociais e religiosas:

O imperador temia a expansão e o volume da heresia. Esta parecia representar uma fissura e ameaça à unidade política e religiosa do Império. Multiplicavam-se as rivalidades, as facções, as intrigas da corte e manipulações de informações. De fato, apaixonando o povo, a heresia se tornava catalisador de desordem, tumultos, motins (Frangiotti, 1995: 92)

Desde a metade do século XIX, muitos historiadores discutem sobre o caráter da conversão de Constantino ao Deus cristão e o que de fato o teria levado a intervir nessa querela teológica. Mas essas questões ainda estão longe de um consenso. Entretanto, é notório que Constantino buscou tirar proveito político dessa situação, porque através de uma religião cristã “uníssona” (pelo menos para a maioria dos cristãos) o imperador procurou unir o Ocidente ao Oriente na adoração divina (sem negligenciar o paganismo). E devemos salientar também que na Roma antiga, religião e política estavam atreladas intrinsecamente. De modo que se o Estado romano estivesse vivendo em abundância, isso teria sido proporcionado pelos deuses. Agora, se Roma estivesse em frangalhos, os cidadãos não teriam cumprido com seus deveres de adorá-los (os deuses) corretamente. Logo, essa métrica foi aglutinada ao cristianismo no Império Romano. Então, nessa conjuntura Constantino visualizou uma oportunidade para enrijecer a unidade do Império conjuntamente através do cristianismo. Buscando assim, o controle político, social e religioso ante a população do Império.

Com isso, o imperador Constantino promoveu a convocação do Concílio de Niceia em 325 d.C. na Ásia Menor. Este foi considerado o primeiro Concílio Ecumênico da Igreja<sup>11</sup>. Porém, contou com aproximadamente 318 bispos que em sua maioria eram do Oriente. Os clérigos da parte ocidental praticamente não participaram, ou seja, o concílio não foi de proporções “mundiais”. Pode-se dizer que a questão do traslado para esses bispos que não foram convocados era muito difícil e, além disso, o ponto mais importante para essa não convocação está nas muitas formas diferentes e divergentes de cristianismos existentes em vários territórios do vasto Império Romano. Ou seja, isso demonstra que desde a Antiguidade o cristianismo sempre foi uma religião polissêmica.

A tônica deste concílio permeou sobre a doutrina ariana que dizia em síntese que Jesus de Nazaré era um Deus subordinado, mas não era igual ao Deus-Pai. Porém, o concílio não se restringiu a apenas essa doutrina por que:

---

<sup>11</sup> Nessa espécie de assembleia, comparecem todos os bispos que são convocados por um pontífice.

Aparte la cuestión arriana, el concilio se ocupó de varios asuntos de escassa importancia: el cisma de Melecio y la cuestión sobre la celebración de la Pascua. Condenado su cisma, los melecianos hicieron causa común con los arrianos. Em la celebración de la Pascua, se proclamó la práctica usada em la Iglesia occidental. Además, se dieron unos 20 cánones disciplinares, em los que decidía la cuestión del bautismo de los hereges y de los lapsos o apóstatas de la persecución (Llorca, 1955: 409-410).

Até o início do século IV, era comum que muitos clérigos ensinassem nas suas comunidades cristãs que Jesus tinha tanto a natureza humana quanto a divina (João, 1: 1-14; 8:58; 10:30), que fora um homem que nasceu “virginalmente” e sem pecado (Mateus, 1: 18-25; Jo, 8:46). E, assim que recebeu o batismo iniciou suas pregações do evangelho do Reino de Deus, assumiu a condição messiânica (Mateus, 16: 13-20; Jo, 4: 1-30) e que teria dito ser o próprio Deus (João, 8: 53-58). Com isso, foi sistematizado por alguns eclesiásticos que o ato de crer nas referências supracitadas como também na morte e ressurreição de Jeus de Nazaré, representaria que o indivíduo poderia ser “salvo”. Assim, todo aquele que cresse nesses ensinamentos (encarnação, crucificação, ressurreição etc.) não pereceria espiritualmente no castigo eterno (João, 8: 51 e 11: 26).

Entretanto, todas essas alegações foram sendo construídas bem antes do século IV, pois todos esses ensinamentos estão elencados pelos escritores dos Evangelhos que escreveram durante o I século. É pertinente evidenciar que os Evangelhos foram escritos entre 35 a 65 anos depois que Jesus de Nazaré tinha morrido, e, que cada evangelista não estava escrevendo sobre história ou uma biografia de Jesus, porém, cada qual escreveu sua narrativa à luz de sua própria experiência teológica e entendimento subjetivo da pessoa de Jesus. E isso também vale para o Novo Testamento inteiro (como para a Bíblia toda). De sorte que cada autor bíblico tem uma visão subjetiva de temas específicos vividos por cada um. Apesar de haver similitudes em alguns temas, cada escritor teve um objetivo ao escrever sua narrativa que está “recheada” de suas predileções e contrariedades. Como salienta o teólogo e historiador Bart D. Ehrman, um dos maiores especialistas em estudos bíblicos e do princípio do cristianismo do século XXI:

Essa visão prega que cada autor da Bíblia viveu em sua própria época e em seu próprio lugar – e não nos nossos. Cada um deles tinha um conjunto de pressupostos culturais e religiosos do qual podemos não partilhar (Ehrman, 2011: 28).

A despeito dessas doutrinações sobre Jesus, ainda não se tinha uma “ortodoxia” (“caminho correto”) por escrito para amalgamar essas declarações. E aí está a importância do Concílio de Niceia, que se constituiu para tentar unificar o Império através da consolidação da “nova religião” estatal e pôde fincar a doutrina

de Deus oficial do cristianismo (doutrina essa que estava longe de ser uníssona entre todos os cristãos). O alvo e interesse do imperador Constantino se fundamentaram na primazia do Estado, pois o imperador não era versado em questões teológicas. Mas uma coisa era certa, se as heresias se propagassem poderiam levar a religião estatal há um enfraquecimento. Com isso, o Estado correria o risco de perder a manutenção da ordem social. A questão ariana era uma grande barricada para a realização da ideia de Constantino de um Império universal. A tentativa da uniformização da adoração divina (isso apenas no âmbito cristão) poderia ajudar a alcançar tal intento. E como falamos anteriormente, não negligenciamos a conversão de Constantino ao Deus cristão que foi alocado às suas crenças pagãs. Como também, ressaltamos que no mundo antigo era muito comum a religião e política “caminharem juntas”. Por essas razões, o imperador convocou o Concílio de Niceia.

Além dos 318 bispos orientais presentes no concílio, foram enviados pelo Papa Silvestre (bispo de Roma) dois presbíteros para representá-lo, pois Silvestre já era um ancião e estava muito debilitado, por isso não pode estar presente nesse ajuntamento conciliar. No andamento do concílio, Ário se defendeu contra as acusações afirmando suas posições iniciais sem retirar o que tinha exposto anteriormente. O bispo Eusébio de Cesareia e Eusébio de Nicomédia ficaram ao lado de Ário mostrando assim simpatia com as ideias do sacerdote, contudo, suas posições foram tachadas como heréticas. Com isso, Ário foi “condenado” e exilado juntamente com Eusébio de Nicomédia. É interessante notar que o bispo Eusébio de Cesarea não foi proscrito por Constantino, de repente Eusébio poderia ter assinado contra as ideias de Ário mesmo mostrando certa simpatia a elas. E por isso, não foi mandado para o exílio.

Ário e Eusébio de Nicomédia receberam a pena de desterro tão somente por ter um pensamento antagônico ao da tradição da maior parte dos eclesiásticos, e se analisarmos a raiz da palavra heresia, veremos que simplesmente nos remete a uma opção, porquanto

A palavra heresia (do grego hairesis, hairein, que significa escolher) acompanhou a vida da Igreja desde os inícios, e para os escritores eclesiásticos o termo designava uma doutrina contrária aos princípios da fé oficialmente declarada (Falbel, 1976: 13).

Todavia, para os escritores eclesiásticos, a heresia se tornou a contrariedade aos princípios, dogmas e regras que os mesmos estabelecem. Logo, para a religião cristã se tornou imprescindível salientar que Jesus de Nazaré é da mesma substância do próprio Deus para a permanência da crença na ressurreição dos mortos, para seu discurso salvacionista e para a sobrevivência da religião. Tudo

que viesse de encontro à natureza divina de Jesus era anatematizado. Como mostra uma das cartas de Paulo de Tarso endereçada a comunidade cristã de Corinto, que foi utilizada amplamente pelo clero para corroborar com este discurso:

Se não há ressurreição dos mortos, também Cristo não ressuscitou. E se Cristo não ressuscitou, vazia é a nossa pregação, vazia também é a vossa fé. Acontece mesmo que somos falsas testemunhas de Deus, pois atestamos contra Deus que ele ressuscitou a Cristo, quando de fato não ressuscitou, se é que os mortos não ressuscitam. Pois, se os mortos não ressuscitam, também Cristo não ressuscitou. E, se Cristo não ressuscitou, ilusória é a vossa fé; ainda estais nos vossos pecados (1 Co, 15: 13-17).

Já para Constantino e o Império Romano, o cristianismo serviu como uma tentativa de coesão administrativa e religiosa (para a maior parte de cristãos). Por isso, foi redigido o Credo de Niceia para debelar os conflitos interpretativos da questão ariana e para delimitar o conteúdo de fé da Igreja. O credo niceno ficou assim:

Cremos em um só Deus, Pai Todo-Poderoso, criador de todas as coisas, visíveis e invisíveis. E em um só Senhor Jesus Cristo, o Filho de Deus, unigênito do Pai, da substância do Pai; Luz de Luz, Deus verdadeiro de Deus verdadeiro, gerado, não criado, consubstancial ao Pai; por quem foram criadas todas as coisas que estão no céu ou na terra. O qual por nós homens e para nossa salvação, desceu (do céu), se encarnou e se fez homem. Padeceu e ao terceiro dia ressuscitou e subiu ao céu. Ele virá novamente para julgar os vivos e os mortos. E (cremos) no Espírito Santo. E quem quer que diga que houve um tempo em que o Filho de Deus não existia, ou que antes que fosse gerado ele não existia, ou que ele foi criado daquilo que não existia, ou que ele é de uma substância ou essência diferente (do Pai), ou que ele é uma criatura, ou sujeito à mudança ou transformação, todos os que falem assim, são anatematizados pela Igreja Católica e Apostólica.<sup>12</sup>

Para finalizar a discussão teológica do concílio, uma fórmula foi proposta pelo bispo Eusébio de Cesareia conjuntamente com outros bispos para tentar resolver a questão da natureza de Jesus de Nazaré. De acordo com o historiador e padre Bernardino Llorca:

Las discusiones tomaron bien pronto una animación inusitada. Hubo de rechazarse una fórmula que los arrianos proponían, por ser ambigua y favorable a sus ideas. Entonces trataron todos de condensar el dogma católico sobre la naturaleza del Verbo en expresiones claras, tomadas de la Sagrada Escritura. Pero la dificultad estribaba en que todas estas expresiones las explicaban los arrianos conforme a su sistema. La frase que el Verbo era ex Deo, de Dios, la explicaban ellos a su modo, diciendo que era de Dios como todas las otras cosas, pero pura criatura. En médiode esta desorientación general y cuando no se conseguía llegar a una fórmula que expresara claramente el dogma católico, propuso

<sup>12</sup> Credo de Niceia. Fonte:

[http://www.ecclesia.com.br/biblioteca/historia\\_da\\_igreja/primeiro\\_concilio\\_ecumenico\\_de\\_niceia](http://www.ecclesia.com.br/biblioteca/historia_da_igreja/primeiro_concilio_ecumenico_de_niceia).

Acesso em: 18 de agosto de 2013.

Eusebio de Cesarea um símbolo usado em su iglesia; pero se vió que contenía obscuridades peligrosas y que se prestaba a interpretaciones erróneas. Em estas circunstancias y después de infructuosas discusiones, se presentó la fórmula que más claramente expresaba la doctrina ortodoxa respecto de la naturaliza del Verbo. Esta expresión es la célebre palavra consubstancial, com la que se defende, junto com la consubstancialidad, la distinción personal del Hijo y del Padre (Llorca, 1995: 408).

Segundo o historiador britânico Paul Johnson, o imperador Constantino teria influído os bispos para que todos concordassem com o Credo de Niceno:

Foi ele quem insistiu, como uma fórmula para conciliação, na inserção da expressão “consubstancial ao Pai” na profissão de fé. “Ele aconselhou todos os presentes a concordar”, conta Eusébio, “e a subscrever seus artigos e assentir-lhes, com a inserção da palavra “consubstancial”, que, além disso, ele mesmo interpretou”. Constantino, de acordo com os interesses do Estado, estava ansioso por evitar uma rixa e, caso ocorresse alguma, procuraria uma solução honrosa (Johnson, 2001: 108).

Os bispos proto-ortodoxos que eram favoráveis a Alexandre aceitaram a colocação do termo grego *homoousios* para debelar o embate contra Ário e seus correligionários. Assim, essa expressão significaria que Jesus teria a mesma substância de Deus, isto é, teria a consubstancialidade do Deus-Pai. E com isso, através dessa fórmula foi criado Credo de Niceia, que segundo os cristãos, não teria alterado em nada do que os apóstolos ensinaram e na tradição da Igreja primitiva. Pois o que consta no credo foram definições que serviram para resolver o problema da questão ariana e combater os “hereges”. Mas como assim não alterou nada? Certamente, muita coisa foi alterada desde o século I. E o ponto alto é que Jesus de Nazaré deixou de ser um profeta apocalíptico da Palestina para se tornar cabalmente Deus.

Depois do Concílio de Niceia, ficou bem patente que houve uma garantia estatal de que Deus ficaria “acessível” apenas aos caprichos do clericalismo e não ao laicato. Pois assim, Constantino teria um controle maior das esferas política, social e religiosa. Evitando assim, uma possível descentralização imperial. Com isso, reforçou o seu poder político através de todo o Império garantindo-se também como o imperador defensor da Igreja e que se revestia de um “bastião divino”.

Tanto é que, posteriormente, o imperador censurou todos aqueles que abraçavam o arianismo:

(...) Em 333, no primeiro caso de censura empregada em defesa dos interesses cristãos, Constantino ordenou uma ação selvagem contra os escritos arianos: “se for encontrado qualquer tratado composto por Ário, que seja atirado às chamas (...) a fim de que

não reste dele qualquer recordação (...) e se alguém for pego ocultando um livro de Ário e não o trouxer de pronto para fora e queimá-lo, a penalidade será a morte; o criminoso deverá sofrer sua punição imediatamente após a condenação (Johnson, 2001: 109).

Destarte, Constantino foi visto por muitos cristãos como um eleito de Deus (como é até hoje) a ponto de ser associado como um “instrumento divino” para a Igreja, porém, será que o imperador estava comprometido plenamente com o Deus cristão? A resposta é sim. Constantino estava comprometido com o Deus cristão da mesma forma que com os deuses pagãos, ou seja, no mundo antigo os pagãos que faziam adesão a mais um deus não precisariam abrir mão de outros deuses. Esse “alijamento de divindades” surgiu primeiramente com o Judaísmo e perpassou para o cristianismo, mas isso não acontecia entre os pagãos. Dessa forma, o Deus cristão era mais uma deidade do panteão de Constantino.

Mais tarde, uma ação de Constantino soou muito estranha, pois, depois do surto feroz do imperador para desarraigar o arianismo, foram tomadas medidas a favor da doutrina ariana que o mesmo tinha concedido que seus bispos condenassem:

Ante todo, era necesario captarse las simpatías del emperador en favor de los prohombres del arianismo. Para esto sirvió a las mil maravillas Eusebio de Cesarea, muy estimado por Constantino y que simpatizaba an favor de Arrio. No poco influyó también en el mismo sentido la propia hermana del emperador, Constancia, muy influyente en la corte y conquistada también por el arianismo. A esto se juntaban diversas razones de otro género. Sobre todo influía la idea de que las medidas de rigor no habían obtenido la paz deseada, por lo cual era preferible tentar la reconciliación por el perdón universal y la atracción pacífica (Llorca, 1955: 411).

Constantino agiu no polo oposto da sua postura inicial de censura ao arianismo, e parecia querer uma restauração da doutrina. Isso começou a ocorrer quando o imperador ressaltou a opinião pública sobre a punição de Ário e Eusébio de Nicomédia. Além disso, sua irmã Constância defendia secretamente o arianismo, pois parecia que tinha certa predileção por essa doutrina. Tendo feito isso, o imperador anistiou a pena aplicada a ambos (Ário e Eusébio de Nicomédia). De sorte que o novo bispo chamado Atanásio que tinha sido escolhido em 328 d.C. e que substituiu o antigo bispo Alexandre em Alexandria, não gostou dessa postura de Constantino e se opôs e o acusou de traidor da Igreja.

Com todo esse desdobramento conciliar e pós-conciliar, e, apesar dessa suposta “condenação” do arianismo no Oriente, a doutrina ariana mais tarde chegaria ao Ocidente. Isso porque, depois do Concílio de Niceia, vários missionários (monges itinerantes) foram para o meio dos povos germânicos e

pregaram justamente o que Ário defendia nos seus sermões. No século V, quando os germânicos conquistaram o Império Romano Ocidental trouxeram a versão do cristianismo ariano para Roma. Já na parte oriental do Império, o arianismo ficou patentemente circulando até 587 d.C., Isso porque Constantino agiu benevolmente com os “hereges” pregressos.

Assim, é coerente salientarmos que o cristianismo prosperou sob o baluarte de Constantino que depois de seus embates ferrenhos contra os adeptos do arianismo, se mostrou favorável a doutrina ariana quer por sua crença ou em prol da estabilidade do seu governo, ou, pelas duas coisas concomitantemente.

Em 335 d.C., poucos anos antes da morte de Constantino, o bispo Atanásio (na época do concílio era diácono e teve grande engajamento contra o arianismo) que se opunha ao imperador e defendia a “ortodoxia” fixada no Concílio de Niceia foi exilado. Pois Eusébio de Nicomédia que se tornou o novo líder do arianismo (um pouco antes de Ário falecer) e seus adeptos, o caluniaram, e por ordens de Constantino, Atanásio foi proscrito para a cidade de Treves:

Estos volvieron con nuevos bríos a la carga, y como lo único que les interesaba era arrancar del emperador el destierro de Atanasio, dejaron de momento otras acusaciones y lanzaron contra él la más negra calumnia que más podía impresionar a Constantino. Esta consistía en hacer creer al emperador que Atanasio había comprado a los egipcios con el fin de impedir que el trigo fuera transportado a Constantinopla. Esto era gravísimo en aquellas circunstancias, en que se atravesaba una terrible crisis de subsistencias. Por esto se comprende que Constantino, en un arrebató de cólera, pronunciara contra San Atanasio la sentencia de destierro (Llorca, 1955: 414).

Em 337 d.C., no desfecho da vida de Constantino houve mais uma atitude polêmica. O imperador foi batizado segundo o rito de iniciação cristã, todavia, foi o bispo ariano Eusébio de Nicomédia que outrora o imperador mandou regressar da proscricção quem celebrou o seu batismo. Dito isso, não podemos “acusar” Constantino de “pseudo-conversão” por ter sido batizado antes de morrer. Pois “por essa época, esse retardamento do batismo era habitual, porque o batismo era um passo adiante no engajamento, na verdade a porta de entrada da fé” (Veyne, 2011, p. 38-39).

Segundo Bernardino Llorca, foi nos últimos anos do governo de Constantino que ele teria se desviado da “ortodoxia” desenvolvida pelos seus bispos no Concílio de Niceia e que teve a sua aquiescência. Os líderes do arianismo teriam insuflado Constantino dizendo que ele só conseguiria manter a unidade e a paz no Império com a maior parte dos cristãos se fosse a favor das tendências arianas. E o padre ainda termina dizendo que depois de Constantino ter defendido por muito tempo o

Credo de Niceia, nos últimos anos de sua vida mudou de conduta e se aliou aos inimigos. Entretanto, de acordo com Paul Johnson:

(...) Embora em Niceia tenha tomado as providências necessárias para que uma maioria esmagadora de bispos condenasse determinadas crenças específicas de Ário e seus seguidores, mais tarde ele se mostraria ávido pela restauração deste, com base em uma confissão de fé; de novo, em 321, para evitar uma disputa com os donatistas pela igreja construída em Constantina (Cirta), que estes haviam ocupado e que era reivindicada pelos ortodoxos, Constantino deu aos donatistas o edifício estatal da Alfândega, como compensação. Em suma, o imperador colocava a ordem e a estabilidade, o governo, acima de qualquer consideração religiosa. Contudo, quanto à dissensão, em seu entender, constituía um desafio ao governo, agia de maneira impiedosa (Johnson, 2001: 415).

O imperador Constantino buscou uma solução em termos religiosos para unificar a Igreja ao Império “condenando” o arianismo como uma heresia em Niceia. Mas a despeito de ter sido “condenada” e depois anistiada, a doutrina criada pelo presbítero Ário teve grande apoio de Eusébio de Nicomédia e seu séquito que a disseminaram.

Parece coerente afirmarmos que, nesse contexto os assuntos de cunho religioso eram de suma importância para ascensão política de Constantino, agora, quanto à moralidade do que Jesus teria ensinado aos seus seguidores, esta se modificaria para ser alocada aos interesses do Império e da própria Igreja. Que posteriormente, o seu clero declararia com uma postura ríspida que fora da Igreja não haveria possibilidades de o homem ser “salvo”. Com essa alegação, os clérigos buscaram aniquilar qualquer foco de dissidência doutrinária e essa forma de agir foi para tentar garantir a influência político-religiosa atreladas à adesão majoritária da população.

E com isso, foi postulado pelos clérigos que pelo fato de se acreditar nos eventos relacionados com a vida de Jesus de Nazaré era o suficiente para a “salvação” pessoal. E através disso, foi instaurado o “cristianismo constantiniano”.

A criação dessa “nova religião” (chamo de nova porque quando a fé cristã foi aglutinada com o Estado romano, os ensinamentos atribuídas a Jesus e aos apóstolos se degeneraram para serem usados como um instrumento de dominação) teve no seu cerne miscelâneas de grupos cristãos e pagãos, e, pela população ter tido uma fácil assimilação dessas misturas, o cristianismo teve uma ampla difusão e grande aderência na Antiguidade. Porquanto,

Através da epopeia histórico-metafísica da Criação e Redenção, com seus efeitos de sombra e luz, sabe-se agora de onde viemos e para onde estamos destinados. Sem essa epopeia exaltadora, a crença na imortalidade da alma não seria mais do que uma



superstição insuficiente para fazer mudar de vida (Veyne, 2011: 22)

Afinal de contas, como pontou o arqueólogo e historiador francês Paul Veyne, o cristianismo foi o responsável por responder às questões: “de onde viemos? Para onde vamos?”. Dessa forma, a religião cristã é conhecida por seu caráter salvacionista. No mundo pagão existia várias ideias acerca da imortalidade da alma, contudo, foi com o judaísmo e com o cristianismo que surgiu a questão da salvação eterna para os “justos” e da danação eterna para os “injustos” (nem todos os grupos dos círculos judaicos e cristãos comungavam com essa concepção). Na Roma antiga, acreditava-se que os deuses só “atuavam” em prol dos vivos. Agora em relação ao Deus cristão, Deus não só “age” em favor dos vivos, como também, aqueles que nele crêsem seriam recompensados com a vida eterna ao seu lado no paraíso depois do desfecho escatológico da humanidade. Ou seja, para os cristãos existe uma “relação” pessoal para com Deus na vida e após a morte, coisa que era ignorada no paganismo.

#### **4. CONSIDERAÇÕES FINAIS**

A política de Constantino paulatinamente assimilou o cristianismo até se tornar uma religião estatal. Religião esta que recebeu uma nova roupagem de elementos do paganismo que foram imiscuídos na “nova crença”. A conversão de Constantino foi um período de grande deslanche para o cristianismo, e com isso, foram estendidos aos cristãos muitos privilégios estatais. Quando novas concepções doutrinárias começaram a aparecer em Alexandria, vimos que no Concílio de Niceia foi dado os primeiros passos no tocante à construção dos alicerces da “ortodoxia” para eliminar os “hereges” que, posteriormente, foram definidos pelos clérigos como anátemas que eram renitentes por não quererem se eviesar no “caminho correto” criado pelo grupo vencedor do Concílio de Niceia. Em suma, ficou perceptível na nossa pesquisa que o triunfo do cristianismo não pode ser dissociado do influxo político, social e cultural do Império Romano.

#### **5. REFERÊNCIAS BIBLIOGRÁFICAS**

##### **DOCUMENTAÇÃO**

*Bíblia de Jerusalém*. São Paulo: Nova Edição, Revista: Paulus, 1973.

*Credo de Niceia*. Disponível em:  
[http://www.ecclesia.com.br/biblioteca/historia\\_da\\_igreja/primeiro\\_concilio\\_ecumenico\\_de\\_niceia](http://www.ecclesia.com.br/biblioteca/historia_da_igreja/primeiro_concilio_ecumenico_de_niceia). Acesso em: 18 de agosto de 2013.

CESAREIA, Eusébio de. *História Eclesiástica*. São Paulo: Novo Século, 2002.

## **BIBLIOGRAFIA GERAL**

ABRAHAM, Ben. *Holocausto*. São Paulo: WG Comunicações e Produções, 1976.

BLAINEY, Geoffrey. *Uma Breve História do Cristianismo*. Curitiba: Fundamento, 2012.

CURTIS A. Kenneth. *Os 100 Acontecimentos Mais Marcantes da História do Cristianismo: do Incêndio de Roma ao Crescimento da Igreja na China*. São Paulo: Editora Vida, 2003.

CHEVITARESE, André L.; CORNELLI, Gabriele (Orgs). *A Descoberta do Jesus Histórico*. São Paulo: Paulinas, 2009.

EHRMAN, Bart D. *Como Jesus se Tornou Deus*. São Paulo: Leya, 2014.

\_\_\_\_\_. *Evangelhos Perdidos*. Rio de Janeiro: Record, 2012.

\_\_\_\_\_. *Quem Jesus foi? Quem Jesus não foi?*. Rio de Janeiro: Ediouro, 2010.

\_\_\_\_\_. *A Verdade e a Ficção Em O Código Da Vinci*. Rio de Janeiro: Record, 2005.

FALBEL, Nachman. *Heresias Medievais*. São Paulo: Perspectiva, 1976.

FRANGIOTTI, Roque. *História das Heresias (séculos I-VII)*. São Paulo: Paulus, 1995.

FREITAS, Waldir Oliveira. *A Antiguidade Tardia*. São Paulo: Ed. Ética, 1990.

FUNARI, Pedro Paulo (Org.). *As Religiões que o Mundo Esqueceu*. São Paulo: Ed. Contexto, 2012.

GIBBON, Edward. *Declínio e Queda do Império Romano*. São Paulo: Companhia das Letras. Círculo do Livro, 1989.

HILL, Jonathan. *História do Cristianismo*. São Paulo: Edições Risari, 2008.

JOHNSON, Paul. *História do Cristianismo*. Rio de Janeiro: Imago Ed., 2001.

LE GOFF, Jacques. *O Deus da Idade Média*. Rio de Janeiro: Civilização Brasileira, 2007.

LLORCA, Bernardino. *Historia de la Iglesia Católica*. Bac: Madrid, 1955.

LOYN, Henry R. *Dicionário da Idade Média*. Rio de Janeiro: Jorge Zahar Ed., 1997.

Monsenhor Cristiani. *Breve História das Heresias*. São Paulo: Flamboyant, 1962.

SANTOS, João Batista Ribeiro. *Dicionário Bíblico*. São Paulo: Didática Paulista, 2006.

SILVA, Diogo Pereira da. *As Abordagens Historiográficas Sobre Constantino I (306-337): uma revisão*. Dimensões, Rio de Janeiro, vol. 25, p.32-45, out./nov. 2010.

VEYNE, Paul. *Quando Nosso Mundo se Tornou Cristão (312-394)*. Rio de Janeiro: Civilização Brasileira, 2011.